



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CARF			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0895/16	DATA: 14/07/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 10h27min	PÁGINAS: 11
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Estabelecimento de cronograma de atividades para o período de vigência da prorrogação da CPI.			
OBSERVAÇÕES			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da 29ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Vamos passar para o item 3 da pauta.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para tratar do cronograma de atividades para o período de prorrogação da CPI. Quero esclarecer que, de acordo... *(Pausa.)*

Com a aprovação do requerimento de autoria do Deputado João Carlos Bacelar pedindo a prorrogação do prazo da CPI por mais 60 dias, o Sr. Presidente fez publicar o seguinte despacho:

*Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 360, de 2016, pela Comissão Parlamentar de Inquérito supracitada, esta Presidência resolve deferir, ad referendum do Plenário, a prorrogação por sessenta dias contados a partir de 17 de julho de 2016. Publique-se. (Despacho conjunto aposto aos Requerimentos nº 4.873/2016 e nº 4.885/2016).*

*Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência*

Então o prazo da nossa Comissão vai até 14 de setembro. A partir do dia 17 deste mês, esta Casa entra em recesso branco, mas nós vamos fazer uma programação, Sr. Relator, para que tenhamos audiências aqui durante esse período, já que nós não podemos entrar completamente em recesso.

Portanto, estou propondo para a Secretaria da Mesa que nós façamos neste período de recesso duas reuniões no dia 20 de julho, quarta-feira, uma pela manhã e outra pela tarde, e duas reuniões no dia 27 de julho, quarta-feira também, uma pela manhã e outra pela tarde. Nessas reuniões realizaremos oitivas. No dia 2 de



agosto, faremos uma reunião para a deliberação de requerimentos. Então nós vamos ter aqui na próxima quarta-feira, dia 20 de julho, oitivas pela manhã e pela tarde.

Eu passo a palavra ao Relator, Deputado João Carlos Bacelar, para os comentários acerca do cronograma das atividades para o período de prorrogação da CPI.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, senhoras e senhores, infelizmente eu não estou vendo Deputado aqui além do Presidente e do Relator. Eu acho que, depois da prorrogação de uma CPI como esta, é até um pouco justificado, em virtude dos excessos ontem da eleição para o dirigente desta Casa, que alguns membros não tenham chegado no horário, porque a sessão acabou quase 1 hora da manhã.

Mas é de suma importância, Deputado Pedro Fernandes, que, após uma prorrogação tão disputada aqui neste Plenário — o requerimento para estender o prazo da CPI por mais 60 dias foi aprovado por 16 votos a 10 —, possamos dar continuidade às oitivas e cumprir fielmente o nosso plano de trabalho, que foi apresentado aqui no início do funcionamento desta Comissão.

Mas, em virtude da eleição, acho que muitos perderam o horário. É bom frisar que precisamos ter presença aqui nesta Comissão. Precisamos votar os requerimentos que estão em aberto, precisamos trazer aqui os beneficiários deste — não digo nem esquema — desvio de caminho que foi feito junto à Receita Federal do Brasil e aos tributos, tributos esses que deveriam ser investidos na saúde, na educação, na infraestrutura, na ação social. Foram mais de 20 bilhões de reais desviados da Receita Federal do Brasil.

Vimos agora uma decisão de devolução de 4 bilhões de reais de uma empresa. Imagine o que não aconteceu com outras empresas! Imagine, Sr. Presidente, o que não aconteceu com o sistema financeiro quando um Conselheiro do CARF, indicado pela Confederação Nacional da Indústria — CNI, pediu 1,5 milhão de reais de propina por um auto de infração de mais de 1 bilhão de reais!

Então, precisamos trazer aqui os bancos, os representantes, os presidentes das empresas, e para isso precisamos aprovar os requerimentos.



Nós tivemos uma batalha árdua. V.Exa. tentou o máximo possível aprovar esses requerimentos junto com a Mesa, e vi que existia uma manobra para que requerimentos importantes não fossem aprovados.

Então, depois que vemos uma empresa ter que devolver 4 bilhões, imagino o que não está acontecendo no País! Então o CARF precisa ser não só reformulado, o CARF precisa ser revisto. Infelizmente, o Poder Legislativo não tem tinta na caneta para extinguir órgão, ou seja, nós não podemos extinguir o CARF como legisladores, porque, se tivéssemos esse poder, o ideal seria a extinção do CARF.

Mas, infelizmente, o Poder Legislativo no máximo pode propor um projeto de lei ou dar uma sugestão ao Presidente da República para que tome esse ato administrativo para o País.

Então eu queria me reunir com V.Exa. para fazermos uma reorganização do processo e sermos mais duros em relação aos requerimentos aprovados para que essas pessoas venham até aqui. Já temos aqui uma lista com quase 40 requerimentos aprovados, e precisamos aprovar outros.

Eu acho que fizemos um trabalho muito forte, muito importante, junto à Receita, junto ao CARF, com os membros, os operadores, mas temos muito mais ainda a fazer nesses 60 dias. Temos esse recesso branco, mas V.Exa. já deu como sugestão duas audiências públicas, e isso é importante. Então queria discutir com V.Exa. sobre essas audiências para darmos produtividade na CPI.

Esta CPI tem que dar uma resposta ao Brasil, tem que dar uma resposta à sociedade. E, acima de tudo, eu vi aqui também na última audiência muitos Deputados dizendo: *“Ah, vamos extinguir o CARF. Vamos extirpar e vamos encerrar a CPI”*.

Não basta extinguir o CARF, Deputado Jorge Solla, que acaba de chegar. Não basta extinguir o CARF, temos também que punir quem fez desvio, quem usou do ágio interno para trilhar caminhos tortuosos e fazer desvios de recurso da Receita.

É inadmissível, Sr. Presidente, nós termos feito aqui um requerimento, que foi aprovado, de minha autoria, solicitando ao Presidente do CARF que encaminhe as empresas que cometeram ágio interno nesse órgão e, para minha grata surpresa, ele tenha enviado um ofício a esta CPI dizendo que não poderia encaminhar porque



não havia um fato determinado. Fato determinado maior do que o que está acontecendo no País?

Então hoje, após a solicitação ou após a prorrogação da CPI, estou solicitando uma audiência ao Presidente do CARF, Dr. Barreto, para que ele me diga tecnicamente o que ele chama de fato determinado, o que ele quer dizer com aquele ofício.

Será que o que aconteceu na semana passada não é um fato determinado? Será que o que aconteceu esta semana, quando houve o pedido de devolução de 4 bilhões de reais de uma empresa, não é um fato determinado? Então, isso ele precisa explicar, precisa encaminhar as informações.

E eu quero aqui com V.Exas. trazer as dificuldades que nós estamos enfrentando aqui neste plenário, para que venhamos a tomar uma atitude incomum sobre quem está sonogando informação. Basta a sonogação fiscal que está acontecendo no País! Pior ainda é quem sonoga a informação para uma CPI. Isso é inadmissível, Sr. Presidente!

Então esse ofício que o Presidente do CARF encaminhou a esta CPI precisa ser revisto.

Queria inclusive convidar V.Exa. para ir comigo até ele, para podermos deliberar sobre esse tema e ter informações mais claras e nítidas, porque para este Relator é importante ter esse documento na mão. Eu preciso checar com a nossa assessoria quem cometeu e quem não cometeu o ágio interno, que é onde está o grande segredo do desvio dos tributos federais brasileiros.

Às vezes o ágio interno pode ser benéfico para as empresas e benéfico para o País. Nós temos que preservar o direito do cidadão, o direito das empresas. Eu sou um pequeno empresário no meu Estado e sei que muitas vezes o empresário é extremamente tarifado, extremamente cobrado nos impostos, mas, muitas vezes, existem caminhos tortuosos para não se pagarem os tributos. E o ágio interno é um dos principais mecanismos para burlar o pagamento do tributo.

Então essa informação é fundamental. Quero que o Presidente do CARF, antes que ele seja extinto, nos diga por que não tem um fato determinado para encaminhar para esta CPI.



Outro parâmetro também, Presidente, é em referência a alguns requerimentos feitos por esta CPI que também ainda não foram respondidos. Há um requerimento ao Ministério Público Federal que ainda não foi respondido, e eu queria um auxílio de V.Exa. Eu mesmo encaminhei dois requerimentos à 10ª Vara, que não foram respondidos ainda, e nós precisávamos ter essa resposta.

Queria também de V.Exa. o compromisso de que, no dia em que nós fôssemos votar os requerimentos, fosse feita uma força-tarefa para essa votação, porque muitas vezes a reunião é muito alongada e, quando o requerimento é votado no final da sessão, não temos mais quórum para votar.

Então eu dou como sugestão a V.Exa. que façamos num dia específico uma força-tarefa para votar e aprovar ou rejeitar os requerimentos. Nós não podemos ter aqui esse Deputado que está presente na CPI, e que, na hora de votar um requerimento, ausenta-se ou faz obstrução. Isso é inadmissível.

Eu acho que nós temos que aprovar. É regimental. É legal, mas não é justo. Eu acho que nós temos a responsabilidade de votar o requerimento, aprovando ou rejeitando. Quem quiser que se reúna e rejeite, quem quiser que se reúna e aprove.

São essas as minhas considerações. Eu quero aqui agradecer o empenho que V.Exa. teve nos últimos dias para prorrogar esta CPI. Foi um esforço fenomenal, porque havia forças muito fortes para que não fosse prorrogada a CPI. E vamos agora pegar as sugestões de V.Exas. e dos técnicos que estão nos assessorando e nos debruçar sobre essas informações, cobrar as informações que não estão ainda remetidas a essa CPI. Essa da 10ª Vara é importantíssima, é referente ao sistema financeiro brasileiro. Nós precisamos ter essa informação. Informação é tudo para a preparação de um relatório.

E eu não queria pecar pelo excesso, se ela não fosse prorrogada, de indiciar pessoas ou empresas que não tivessem passado por aqui ou das quais nós não tivéssemos informação.

O Ministério Público tem nos ajudado, o Dr. Frederico fez um trabalho muito forte e tem colaborado muito com esta CPI. Eu acho que a principal oitiva foi a do Ministério Público, mas acho que ainda há informação que precisa chegar até aqui, que nós estamos em busca dela.



E esse discurso que ouvi aqui de que o Ministério Público e a Polícia Federal estão anos-luz na nossa frente? Podem até estar, mas esta é uma Casa política, é a Casa do povo brasileiro. Cada um de nós tem responsabilidade política por seu Estado. E está na Constituição e no Regimento Interno que as CPIs podem requisitar informações e que o trabalho legislativo delas tem caráter investigativo. Isso é um direito constitucional.

Eu vi na Internet uma matéria — estou tentando acessá-la — sobre uma posição do Ministério Público também. Eu queria deixar isso registrado. Está em um jornal desses de grande circulação a declaração do Procurador-Geral. Ele disse que não tinha obrigatoriedade de encaminhar documento às CPIs. Estou abrindo a matéria aqui, porque quero debatê-la com V.Exas. *(Pausa.)*

Queria também sugerir a V.Exa., Sr. Presidente, que fôssemos até o Procurador-Geral. Está aqui: *“Janot diz que é inconstitucional obrigar Procuradoria a enviar dados a CPIs”*, diz a matéria que está no jornal *O Estado de S.Paulo* desta semana. É grave essa declaração do Procurador Federal, do chefe do Ministério Público.

Então eu acho que V.Exa. deveria também, junto conosco, solicitar uma audiência com o Procurador-Geral, porque informação é tudo. Se o Procurador-Geral e o Ministério Público não nos passarem essas informações, a CPI pode começar a se esvaziar. A CPI tem poder, o poder legislador, o poder que o povo nos deu. A cada 4 anos nós temos que levar o nosso mandato à apreciação popular. Se este Poder não tiver o direito de obter informação para fazermos o nosso trabalho, que é constitucional, que é regimental, precisamos rever também as CPIs.

Então eu convido V.Exa. a solicitarmos uma audiência com o Procurador-Geral, para obter essas informações de maneira mais clara, mais transparente.

Essas são as minhas considerações. Eu queria que, daqui para a frente, esta CPI tivesse mais agilidade, mais dinamismo e, tenho certeza absoluta, mais produtividade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado João Bacelar.



Repetindo, a CPI foi prorrogada até o dia 14 de setembro. O recesso branco vai ser descontado, por isso nós vamos fazer oitavas na próxima semana.

Eu estava conversando aqui com o Secretário Antônio Carlos para que fizéssemos um esforço concentrado na quarta-feira. Mas acho melhor fazermos a oitava na terça-feira e na quarta-feira da próxima semana e da semana seguinte. Eu quero ouvir pelo menos mais 15...

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Eu não discordo de vir no recesso, afinal para nós, Deputados que trabalhamos na base, o recesso é o período em que se trabalha mais ainda, porque temos toda uma agenda de trabalho. Eu me disponho a vir. Só acho que, como hoje é quinta-feira, nós já estamos com o plenário esvaziado e precisamos de quórum — isso é importante —, nós deveríamos pelo menos fazer uma consulta à Secretaria da CPI, saber se os Parlamentares vão ter possibilidade de participar disso, para que não se invalide a oitava.

Como estaremos em recesso, cada um pode se adequar lá no próprio Município, pode mudar horário. Para mim, estar aqui sexta-feira, sábado ou domingo, não faz diferença. Mas eu só me preocupo com o Plenário. Ontem, nós tínhamos aqui quase a totalidade dos Parlamentares da Comissão. Hoje, quinta-feira, estamos com um plenário esvaziado. É claro que a CCJ, que está funcionando neste momento, está tomando bastante espaço e tudo o mais, mas isso me preocupa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Nós transformamos esta reunião. Ela era não deliberativa. Nós não podíamos fazer uma deliberativa porque nós estávamos numa prorrogação só para entregar o relatório. Então, quando saiu a prorrogação, nós não tínhamos tempo para convidar o depoente e não pudemos fazer uma deliberativa.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - E com essas pessoas já está confirmada essa data?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Nós já vamos chamá-las aqui. Não haverá necessidade de quórum para nós as ouvirmos aqui.



**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Quando eu digo quórum, Presidente, não é no sentido administrativo, deliberativo, mas de aproveitamento das pessoas que vierem, para que nós possamos questionar, elaborar as perguntas com antecedência. Nós temos uma equipe, e hoje já é quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou usar outro argumento. Por mais que fique prejudicada, é melhor do que não fazer.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Ah, claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Por quê? Esse tempo está sendo contado. Então, nós vamos pedir àqueles que poderão estar aqui ou acompanhar na telinha da televisão... Nós vamos ter plenário. Nós temos dificuldades de plenário em dias normais e vamos aproveitar esse recesso para fazer, na terça e na quarta, um esforço concentrado. Eu quero ouvir pelo menos uns 15 desses que apostaram que a CPI não ia ser prorrogada.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - V.Exa. já tem a relação das oitivas, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Nós vamos publicar hoje os convidados da próxima, no dia 20.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Vamos fazer um holograma dos Deputados, igual ao do Gilberto ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Isso. Está bem. *(Risos.)*  
Algum Deputado gostaria de usar da palavra?

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Eu gostaria principalmente de parabenizar o Presidente e o Relator pela aprovação da prorrogação, bem como os membros que votaram a favor. Fico um pouco preocupado com essa agenda, porque já assumi alguns compromissos na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou dizer mais um motivo pelo qual vou fazer isso na terça e na quarta. Houve mudança de Presidente na Casa. Esse requerimento vai ser submetido a Plenário. Há muita gente que quer derrotá-lo. Como não vai haver deliberativa até o dia 2, eu vou aproveitar e fazer as oitivas aqui porque ninguém está derrubando.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Parabéns, mais uma vez, Presidente! A estratégia é interessante.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Se eu puder, vai ser na segunda, terça, quarta e quinta. Entendeu?

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Este argumento é o mais forte que V.Exa. tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Este foi o mais forte, que me foi dado pela Consultoria.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - V.Exa. deixou o argumento mais forte na manga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.

Então, eu vou aproveitar e ouvir aqueles que apostaram e disseram que só podiam depois do dia 30, que dia 1º estariam à disposição, porque apostaram que ela não ia ser prorrogada. Então, eu vou ligar para eles e dizer que estamos disponíveis para conversar. Eu não quero fazer aqui nenhum espetáculo. Eu quero que ele nos ajude a apurar essas coisas. Eu fiquei surpreso com a Polícia Federal na rua, o Ministério Público investigando, juiz condenando, esta CPI funcionando e o conselheiro achacando. Quer dizer, nem parou. *“Vamos parar por enquanto e deixar eles passarem.”* Não, eles estão agindo aí.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma sugestão para dirimir este tema e nos aprofundarmos mais nele?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** -Esse conselheiro está preso ou solto? Nós poderíamos aqui fazer um requerimento pedindo a presença desse conselheiro e do banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas é só no dia 2, quando faremos uma pauta de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Do presidente do banco e do conselheiro, para virem aqui explicar sobre isso. Dos dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Tudo bem.

Mais alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - O único problema é que temos compromissos. Eu também assumi compromissos no Estado. Este é o grande problema. É como o Deputado Aliel falou aqui: nós trabalhamos no recesso até mais



do que nos dias normais e nas nossas bases. Então, eu marquei uma série de visitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu também tenho. Tem final de semana que eu rodo 1.700 a 1.800 quilômetros.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - O Espírito Santo é menor, Presidente. Eu, em dois fins de semana, rodei 1.600 quilômetros. E o Espírito Santo, nos dois extremos, da divisa do Rio de Janeiro à Bahia, não chega a 500 quilômetros. Isso para atravessar todo o Espírito Santo, os dois pontos mais distantes do Estado. Eu fui a vários Municípios.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Tem Teixeira de Freitas, tem Campos, no Norte, no Sul, no meio...

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Não, mas é tudo de carro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Da porta da minha casa até a casa de uma grande amiga minha, que me apoia em Alto Parnaíba, dá 1.100 quilômetros. A mesma coisa de São Luís a Fortaleza.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Da divisa entre Rio e Bahia, dá 479 quilômetros, mas nós vamos a um Município, a outro, vamos rodando e acabamos rodando mais de mil quilômetros rapidinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Então eu vou voltar ao Item 2.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 28ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2016.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Peço a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Jorge Solla.

Pergunto se algum Parlamentar deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera retificá-la, em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



Então, nós vamos ficar por aqui e agendar, para a próxima semana, várias oitivas, se os senhores colaborarem conosco. Teremos uma semana cheia de oitivas aqui.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o dia 19 de julho de 2016, terça-feira, às 10 horas, em plenário a ser definido, no Anexo II desta Casa.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.